



UNICEPLAC
CENTRO UNIVERSITÁRIO

Centro Universitário do Planalto Central Aparecido dos Santos - UNICEPLAC
Curso de Direito
Trabalho de Conclusão de Curso

**Contribuições do ordenamento jurídico no combate ao etarismo no
mercado de trabalho**

Gama-DF
2024

Heloisa Helena Pires Maia

Contribuições do ordenamento jurídico no combate ao etarismo no mercado de trabalho

Artigo apresentado como requisito para conclusão do curso de Bacharelado em Direito pelo Centro Universitário do Planalto Central Aparecido dos Santos – Uniceplac.

Orientadora: Profa. Me. Rhêmora F. da Silva Urzêda

Gama-DF
2024

Heloisa Helena Pires Maia

Contribuições do ordenamento jurídico no combate ao etarismo no mercado de trabalho

Artigo apresentado como requisito para conclusão do curso de Bacharelado em Direito pelo Centro Universitário do Planalto Central Aparecido dos Santos – Uniceplac.

Gama-DF, 23 de outubro de 2024.

Banca Examinadora

Profª. Me. Rhêmora Ferreira da Silva Urzêda

Orientador

Profª. Me. Caroline Lima Ferraz

Examinador

Prof. Dr. Luís Felipe Perdigão de Castro

Examinador

Contribuições do ordenamento jurídico no combate ao etarismo no mercado de trabalho

Heloisa Helena Pires Maia¹

Resumo:

O avanço na expectativa de vida da população brasileira retrata a necessidade de estudo sobre possíveis impactos do aumento de pessoas idosas no ambiente organizacional. O etarismo é entendido como preconceito contra idosos que são por vezes considerados como pessoas com limitações no mundo trabalho em razão da idade. Neste sentido, o presente estudo tem como objetivo geral entender como o Estado contribui na criação de políticas públicas para combater a discriminação etária no ambiente profissional. O trabalho tem uma abordagem qualitativa, por meio de revisão bibliográfica de obras digitais, artigos científicos e legislações, com foco na questão do etarismo no ambiente de trabalho. Os resultados indicam que, embora o ordenamento jurídico brasileiro disponha de uma legislação abrangente sobre o tema, estas normativas isoladamente, não são suficientes para erradicar o etarismo no mercado de trabalho. Conclui-se, portanto, que as políticas públicas são fundamentais para complementar a legislação existente, promovendo a inclusão e a erradicação da discriminação por idade.

Palavras-chave: Etarismo; discriminação; idosos.

Abstract:

The increase in the life expectancy of the Brazilian population means that there is a need to study the possible impacts of the increase in the number of elderly people in the organizational environment. Ageism is understood as prejudice against the elderly, who are sometimes considered to have limitations in the world of work because of their age. With this in mind, the general aim of this study is to understand how the state contributes to the creation of public policies to combat age discrimination in the professional environment. The work takes a qualitative approach, through a bibliographical review of digital works, scientific articles and legislation, focusing on the issue of ageism in the workplace. The results indicate that, although the Brazilian legal system has comprehensive legislation on the subject, these regulations alone are not enough to eradicate ageism in the labor market. We therefore conclude that public policies are essential to complement existing legislation, promoting inclusion and eradicating age discrimination.

Keywords: Ageism; discrimination; elderly.

¹Graduanda do Curso de Direito, do Centro Universitário do Planalto Central Aparecido dos Santos – Uniceplac. E-mail: heloisa.maia.330@gmail.com.